

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata n.º 034/07

1
2
3
4
5 Aos vinte quatro dias do mês de outubro de dois mil e sete, às quatorze horas e doze minutos, pelos
6 fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata, reuniram-se
7 para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
8 Adolescente do Município de Porto Alegre, sito Travessa Francisco Leonardo Truda, n.º 40, 14.º
9 andar – Centro de Porto Alegre, sob coordenação da Presidente Leci Soares Matos – ACCT, e na
10 presença dos **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Leci Soares Matos e Iara Lemos –
11 **ACCAT**; Lino Morsh – **Casa de Nazaré – Centro de Apoio ao Menor**; Agenor Salton – **SOS**
12 **Casas de Acolhida**; Maria Eva G. Carvalho – **Instituição de Educação Infantil Maria de Nazaré**;
13 Gilmar Dalósto Rossa – **Instituto Recriar**; Fátima Regina Leite Cruz – **OSICON**; Maria Leonice –
14 **Associação Educadores Populares de Porto Alegre**; Elisabete Bortoluzzi – **CEPA**; Felipe Perraro
15 – **Fundação Fé e Alegria**; Ana Cristina L. de Algorta – **Instituto Amigos de Lucas**; Luciane
16 Escouto e Rosane Passos da Silva - **USBEE**. **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Carlos
17 Fernando S. Filho – **SMCPGL**; Joice S. Gonçalves – **SMED**; Gilberto V. Hügel Lisboa – **FASC**;
18 Grigelda L. S. Marques – **Secretaria Municipal de Juventude**. Liane T. Scalabrini e Dalva Franco
19 na qualidade de Assessoras Executivas do CMDCA. **Pauta: 1 – Informes; 2 – Leitura da Planilha**
20 **da Plenária anterior; 3 – Debates e deliberações: Comissões, Finanças, Políticas e**
21 **Reordenamento**. Após assinatura da lista de presenças, a Sra. Leci Soares Matos deu início aos
22 trabalhos. **Sra. Presidente (Leci Soares Matos)**: Boa-tarde. Vamos dar abertura a nossa Plenária.
23 Hoje nós temos a Haide para apresentar sobre o trabalho que a gente deliberou aqui, eles nos deram
24 um retorno desse estudo. Nós vamos começar agora, a Haide precisa de mais ou menos uma hora
25 para essa apresentação, que é o estudo que o grupo fez. Depois vamos dar continuação à pauta.
26 Antes disso, a Fé e Alegria está assumindo hoje no Conselho, ele já está aí trabalhando desde cedo,
27 porque é um Conselheiro que tem muita prática na área administrativa. Então, ele já está dando uma
28 mão enorme na Secretaria, é o Felipe. Haide, o trabalho agora é contigo, não vou poder ficar porque
29 estou correndo com umas audiências, mas a Luciane vai assumir. **Sra. Haide Venzon**: Então, a
30 gente retomou a questão sobre aprendizagem. Antes era um outro grupo e como agora estão
31 surgindo novas propostas acho que tem que rever a resolução, como há também alguns
32 questionamentos da DRT. Então, vamos fazer uma revisão da legislação, não discutir a lei, mas o
33 conteúdo para os programas de aprendizagem. Eu acho que dentro de 15 dias, depois que as
34 comissões estudarem o assunto nós gostaríamos de voltar a conversar com vocês pelos desafios que
35 vão ficar aqui ao final. Isso significa um posicionamento da DRT e também analisar um pouco da
36 proposta do CIIEE, de fazer parte, querem desenvolver aprendizagem, também com as questões do
37 UNIBANCO. Então, tem alguns pontos de interpretação, são mais posicionamentos políticos, não
38 partidários, mas cima de algumas questões. Iniciando rapidamente, o tempo é curto, vamos começar
39 nas décadas de 30 e 40, começar com a visão sobre o que é trabalho ao menor, que vem desde 1800,
40 sempre relacionado às soluções dos problemas, o trabalho da criança e adolescente, uma forma de
41 expressar a caridade cristã. Dentro daquela concepção de que a criança pobre é potencialmente mais
42 perigosa. Então, tem que botar a trabalhar para que não aconteça o pior. Então, a idéia é ajudar a
43 família, tirar os menos da rua para evitar roubos e más companhias, ensinando um ofício. Quais
44 eram os programas oficiais que se tinha? Os programas que começaram em 1942, com a dona Darcy
45 Vargas, a Casa do Pequeno Trabalhador, na época da LDA, o Pequeno Engraxate, o Pequeno
46 Mirim, que não são programas de assistência e sim assistencialistas. A questão da prevenção dos
47 delitos, as FEBEMs. A idéia sempre é de ocupar em oficinas e o caráter. É quando começam os
48 programas industriais e agrícolas, mas esse para os filhos dos outros, os nossos filhos era no ensino

49 preparatório para a universidade. Aí vão surgir ao lado da educação, do colégio, os programas
50 mantidos por empresas do Sistema S. É o SENAI em 1942 e o SENAC em 1946. é o início dessa
51 legislação do aprendiz, que tem 60 anos e que em 2000 e 2005 foi renovada com as alterações do
52 artigo da CLT. Então, é uma coisa bastante antiga, todo mundo conhece os programas do SENAC e
53 do SENAI com essas idéias: formação de um grupo de elite de trabalhadores, jovens preparados
54 metodicamente, é uma palavra que aparece muito para um posto de serviço. E o centro é a qualidade
55 do produto final. Essa é a visão empresarial, o Sistema S, que é denominado Aprendiz. Os cursos na
56 empresa com a exigência de escolaridade mínima. Além desse programa das empresas a gente tinha
57 também o programa das Entidades religiosas, que eram em lugares retirados e dentro do espírito da
58 caridade cristã, retirar da rua, é melhor trabalhar, isso a gente ouve te hoje. Os ofícios eram sempre
59 ou marcenaria, ou bordado e costura. Então, dentro da mesma linha, com princípios, alguns em
60 comum, nós tínhamos as religiosas, as assistencialistas e o S com o sistema empresarial, isso nas
61 décadas de 30 e 40. Eu comecei em um trabalho desses, em 1985, onde se buscou alternativas
62 porque começava a presença de crianças na rua, a visão de que sociedade estava falhando, aí vem as
63 palavras, como “ressocialização”. O sistema de capacitação dos empresários não alcançava essa
64 população, porque não era para essas crianças. A proposta da época era fazer cooperativas de
65 crianças para vende picolé e sorvete, esse era o programa da época. Em 1985 eu estive em Recife,
66 porque no Nordeste esse trabalho foi muito grande, esse trabalho da UNICEF, das cooperativas. Eu
67 visitei uma cooperativa onde os adolescentes saiam para vender o picolé, mas eles tinham um
68 conhecimento do processo de produção, saiam a vender, discutia o assunto. Então, era uma forma de
69 liga cooperativada, mas as crianças voltavam para rua para vender o seu picolé. Em Jabotão tinha
70 uma linha de participação, já era uma transição, mas se achava correto que as crianças continuassem
71 na rua trabalhando. Da década de 90 não vamos falar tudo, vamos focar na aprendizagem. O art. 227
72 todo mundo conhece. Aparece a profissionalização, que é uma novidade. E aqui aparece já o direito
73 e proteção social, parágrafo III. Também a idade mínima de 14 anos, que depois foi alterada pela
74 Emenda constitucional nº 20, que passa para 16 anos. E também aparece a garantia do adolescente
75 trabalhador à escola. Isso é uma novidade na Constituição. Aqui pegamos o Capítulo 5º do ECA e
76 colocou alguns eixos; a questão da idade, o trabalho protegido para os PCDs e o que é vedado, o
77 trabalho insalubre. O 62 e 63 é retomada a concepção de aprendizagem da CLT. A bolsa de
78 aprendizagem seria para quando a idade do aprendiz era de 12 a 14 anos, deveria ter direito a uma
79 bolsa, mas não ficou regulamentado, e os direitos trabalhistas e previdenciários. O 68 é sobre a
80 concepção de trabalho educativo e o 69 sobre a profissionalização. Então, se a gente analisar o
81 capítulo 5 a gente vai ver que é a proteção, aparece aprendizagem, o trabalho educativo e a questão
82 da profissionalização. Aqui é sobre a questão da idade para o trabalho na condição de aprendiz, que
83 é dos 14 aos 18 anos, em regime de emprego a partir dos 16, trabalho noturno e insalubre, ou
84 perigoso. O regime de aprendizagem nós é regime de emprego, é uma das questões que a gente vai
85 ter que cuidar muito. Nós tínhamos feito até a Lei nº 1.097, aí a gente fez um paralelo entre a lei e o
86 decreto. Eu não sei se está bem, mas é para que a gente possa ter uma idéia do que é. Basicamente,
87 essa lei atualiza aqueles artigos da CLT que estão ali. A grande novidade é que as instituições e
88 escolas técnicas passam a poder fazer os programas de aprendizagem que antes era privilégio dos S.
89 Então, as instituições entram, mas entram com uma grande dificuldade, sem os recursos que os S
90 desde 1940 têm. Quase todas as empresas contribuem, então, eles têm um recurso certo, assegurado
91 e ainda cobram pelos cursos. Aqui as instituições entram sem recurso algum, podem executar, mas o
92 recurso é problema. Então, com relação à idade a gente já viu, inclusive, eu estava conversando com
93 o Rodrigo, não sei a questão do menor da CLT, mudou no ECA, na Constituição, mas parece que a
94 CLT continua flando em menor. Então, a idade do menor aqui era o menor trabalhador de 14 a 18,
95 ainda na CLT, e depois a idade do trabalho ficou. O Aprendiz a partir dos 14. E o que esse decreto
96 de 2005 veio fazer? Botou aprendizagem de 14 a 24 anos. Aí vai ter um vazio de competência O
97 CMDCA, que tema sua competência de inscrever programas é até 18 anos. Então, depois dos 18 não

98 sei de quem vai ser. **Sra. Luciane Escuto:** No ano passado nós fomos no encontro sobre
99 aprendizagem e essa questão da lacuna que tu falas foi uma preocupação que se teve lá em Brasília
100 porque a gente não sabia, depois dos 18 anos quem vai, na verdade, fazer esse acompanhamento,
101 esse monitoramento? E não sei se a gente não vai ter que pensar em uma excepcionalidade? **Sra.**
102 **Haide Venzon:** Sim. Agora já estão falando de jovem aprendiz, a diferença para esses vai ser a
103 questão da insalubridade, aí poderia estar em outros, em trabalho noturno também. O último artigo
104 diz que o Ministério do Trabalho vai fazer um cadastro nacional, mas cadastro não é ao
105 acompanhamento. Vamos adiante. Nesse art. 11º diz que a idade máxima não se aplica aos PPDs.
106 Então, não tem idade cronológica. Onde os jovens vão desenvolver trabalho de aprendizagem,
107 então, com relação aos locais, que não podem ser prejudiciais na formação e horários e locais que
108 permitam acesso à escola. O contrato, vai ser assinada a carteira, é um contrato de trabalho especial,
109 ajustado por escrito, com prazo determinado e não superior a 2 anos para maior de 14 anos e menor
110 de 18 anos, inscrito em programa de aprendizagem. O empregador tem que assegurar essa formação
111 técnica e profissional. O aprendiz se compromete a executar com zelo isso para a sua formação. Nos
112 programas que nós temos em execução em Porto Alegre se exige a frequência da escola e se
113 acompanha a questão da escola mesmo dos adolescentes que estejam no ensino médio. Também se
114 exige inscrição em programa de aprendizagem, desenvolvido sob orientação de Entidade qualificada
115 e formação técnico profissional metódico. Ali onde fala em Entidade os S estão dentro. Então, essa
116 Entidade que vai requerer inscrição no Conselho e o Conselho vai aprovar o programa. **Sra. Maria**
117 **Leonice:** Ali, voltando, onde fala das Entidades eu acho que é uma questão de compreensão da
118 gente, ali fala: “Prazo determinado, não superior a 2 anos”. Pressupõe que o aprendiz conseguirá em
119 2 anos, de 14 a 16 anos, cumprir com o seu papel de aprendiz, mas não são consideradas as
120 especificidades do atendido e isso é questionável. **Sra. Haide Venzon:** Eu acho que tem muitos
121 problemas e a resolução do CMDCA supre essa questão da CLT, porque na resolução está bem
122 clara a questão do ECA. Então, o enfoque tem que ser o adolescente dessa faixa etária. Tu não
123 podes fazer na linha dos S, que fazem qualquer curso, não interessa quem esteja ali. Então, as
124 instituições que vão desenvolver são instituições que vão atender primeiro o adolescente, a vida do
125 adolescente, projeto de vida, quem ele é, não apenas dar um curso e largar. **Sra. Maria Leonice:**
126 Sim, porque se o sujeito chega aos 14 anos e, porventura, teve um tropeço, ele pode não ter
127 concluído aos 16 anos, naqueles 2 anos. **Sra. Haide Venzon:** Mas aí ele teria a possibilidade,
128 porque a lei agora vai até os 24 anos. Pelo que eu sei depois ele pode entrar em outro programa de
129 aprendizagem, até em uma formação diferente. e a palavra da moda é “os arcos da profissão”.
130 Então, faz o arco da administração, depois pode fazer o arco da alimenta e não sei mais o quê.
131 Voltando, o mínimo é o salário-mínimo, mas pode ganhar mais, as empresas com as quais a gente
132 trabalha, que são empresas públicas, por exemplo, o Banco do Brasil paga salário mínimo regional,
133 os adolescentes permanecem 4 horas, são 24 por semana, vale-transporte e vale-alimentação. O
134 Cervo, que é um órgão federal, paga salário mínimo nacional, vale-transporte, o vale-alimentação é
135 o dobro do vale do Banco do Brasil. As empresas em geral é o salário mínimo, mas pelo numero de
136 horas, se são 6 horas ele recebe por 6 horas e não o salário total. “Salvo condição mais favorável”, a
137 condição mais favorável pode. O mínimo é esse, o mínimo seria meio salário mínimo mensal. Nós
138 estamos colocando o que está na lei, mas há um parecer, por causa da frequência à escola, que o
139 aprendiz nessa faixa etária tem que ir para a escola à noite, porque antes eles faziam o horário de
140 banco, das 10 às 16 horas. Então, hoje tem uma determinação que o adolescente vai ficar só 4 horas,
141 se ele permanecer na empresa ficaria mais uma hora, mas é para estudar, para fazer as coisas dele,
142 ou até acompanhamento escolar. Esse prazo de 2 anos, na prática tem sido 23 meses, porque depois
143 tem o aviso-prévio de 30 dias. Ali quando fala em ambiente de trabalho pode ser na instituição ou
144 pode ser no estabelecimento. Vamos adiante, rapidamente. O que é essa Lei nº 10.097? Na hipótese
145 dos S não oferecerem vagas ou cursos suficientes para atender a demanda, essa demanda por ser
146 suprida por escolas técnicas de educação. Quais são as que a gente conhece? **Sr. Carlos Fernando**

147 **S. Filho:** O Mesquita. **Sra. Haide Venzon:** O Parobé. Que eu saiba elas não estão executando
148 programa de aprendizado. E Entidades sem fins lucrativos, mas não são quaisquer Entidades
149 qualificadas com formação técnico-profissional. Aqui é onde entra o CMDCA: “Entidades sem fins
150 lucrativos de assistência à criança e ao adolescente, à educação profissional e registradas no
151 CMDCA, com estrutura adequada dentro dos programas de aprendizagem para manter a qualidade
152 do processo de ensino, como acompanhar e avaliar os resultados”. Nós tínhamos em Porto Alegre o
153 Calábria, Pão dos Pobres executando pelo SENAI, como um braço do SENAI, em que o adolescente
154 estava lá aprendendo mecânica, gráfica, etc., isso na tradição dos S, não tinham compromisso com o
155 CMDCA. Nós não nos preocupamos e organizar isso era algo à parte. Em 2002 houve um
156 documento nacional do Ministério do Trabalho, com um convênio com o Banco do Brasil, aí que
157 nós entramos e fomos consultados a respeito dessa possibilidade e se queríamos executar os
158 programas de aprendizagem. Aí começamos a trabalhar, no fim o Amparo foi a primeira, depois
159 entrou a ACOMPAN, o MDCA, o Pão dos Pobres e o Murialdo entrou depois. Nós começamos em
160 2002 sem resolução do CMDCA, em 2004 que a gente trabalhou com o CMDCA para fazer a
161 resolução. Depois a Pequena Casa entrou, mas que em outro processo, porque a Pequena Casa a
162 vida inteira tinha a Estafeta, pela legislação anterior, aí passou a executar também o Aprendiz. Os
163 aprendizes têm um certificado de qualificação e o decreto melhora um pouco a relação, porque o
164 certifica dá a especificação para o qual o aprendiz foi habilitado. Normas trabalhistas, dizem que o
165 Ministério do Trabalho quem fixará normas. Para fixar essas competências das instituições vai ser
166 ouvido o Ministério da Educação. **Sra. Luciane Escouto:** Uma coisa que tem que se pensar é nos
167 PRÓ-EJAS, EJAS, ensino à distância também, que talvez seja um viés. **Sra. Haide Venzon:** Isso é
168 uma interrogação. Aqui tem dois formatos; a empresa assina a carteira, ou a Entidade sem fins
169 lucrativos assina carteira, nesse caso não gerando vínculo de emprego com a empresa tomadora de
170 serviço. As empresas públicas, por exemplo, o Banco do Brasil não vai assinar carteira, quem assina
171 é a instituição, o Banco do Brasil repassa o recurso mensal para a instituição, com a provisão de
172 todos os encargos para o a instituição. Então, é uma burocracia muito grande que a instituição tem
173 que assumir. E agora com a mudança do Banco do Brasil para Curitiba, a parte administrativa, a
174 documentação vai para lá, a aprovação vem de lá. **Sra. Dalva Franco:** Na verdade, toda
175 responsabilidade trabalhista é da instituição. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Eu já estou pensando
176 nos problemas. **Sra. Haide Venzon:** Tem o problema dos dois lados. As empresas públicas têm
177 repassado religiosamente os valores, o valor das verbas rescisórias, o percentual de férias, de 13%,
178 que fica em uma conta-poupança. Como que a instituição vai contratar os educadores,
179 coordenadores? Há uma taxa de administração de 10%. Então, com essa taxa tem que fazer tudo,
180 não chega dependendo do número de adolescentes, se tem 10 adolescentes é inviável, se tu tens 20
181 adolescentes, com os mesmos educadores tu atendes 20. Algumas instituições quando estão
182 melhores é quando têm voluntários permanentes. E uma questão até privilegiada, que é a questão do
183 Banco do Brasil, as instituições que têm o certificado de Entidade beneficente de assistência social
184 com isenção da cota patronal, que são os 20%, aí o Banco do Brasil considera que a isenção não é
185 dele, é da instituição. Portanto, ele repassa 20% e mais 10%, mas não seria. Já o Banco da
186 Amazônia é os 10%. As empresas não públicas nem vão pensar nisso, vão pensar na educação e
187 olhe lá. A contratação do aprendiz deverá ser efetivada diretamente pelo estabelecimento, eles estão
188 chamando de estabelecimento a empresa pública, tudo que não é ONG, porque pode ter empresa
189 pública, economia mista. Então, a empresa ou estabelecimento pode contratar, ou a Entidade que
190 desenvolve o programa ao mesmo tempo é empregadora. Então, simultaneamente, nós somos
191 empregadores e também executamos o curso. Algumas empresas assinam a carreira, mas o aprendiz
192 não vai na empresa. E as empresas públicas, tipo CORSAN, ou Carris, nenhuma assinam carteira, aí
193 a instituição que assina. Seguindo, as férias devem coincidir com as férias escolares, isso tem sido
194 uma rotina. O término do contrato, o contrato se extingue ao seu termo, o termo é 2 anos, ou quando
195 o aprendiz completar 18 anos, pela Lei nº 10.097, e agora pelo decreto quando completar 24 anos.

196 Ou nas seguintes hipóteses: desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, falta disciplinar
197 grave, ausência injustificada que implique perda o ano letivo e a pedido do aprendiz. E o decreto dá
198 uma explicação para cada um desses itens, o que já ficou mais claro. Aqui a gente tem que ter muito
199 cuidado, porque a empresa sempre acha que o adolescente não está adaptado, ou tem desempenho
200 insuficiente. Tem a história da menina que não ia vestida corretamente, situações de furto, onde eles
201 são responsabilizados, a gente tem que ter muito cuidado e não aceitar logo que o adolescentes
202 sejam despedidos. Isso é importante quando vocês analisarem, porque os programas das instituições
203 têm que ter psicólogo, uma equipe de acompanhamento, tem que ir na empresa, tem que
204 acompanhar as escolas, tem que acompanhar o desempenho dele. e a falta disciplinar grave é aquela
205 da CLT, todos os itens que tem na CLT. É difícil, tu tens que negociar com a empresa, porque muito
206 gerentes logo querem enquadrar o adolescente, o primeiro problema é falta disciplinar grave. Então,
207 eu acho que tem que estar muito antenado com essas coisas e dar apoio para o adolescente, porque
208 eles estão passando por uma situação difícil e o primeiro chefe que chegar na frente querendo
209 enquadrá-lo ele vai mandando para aquele lugar. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Mas a empresa
210 está junto nessa parceria. **Sra. Haide Venzon:** Mas nem todos tem cabeça de. **Sra. Maria Leonice:**
211 Tu consegues trabalhar com recursos humanos, tu consegues trabalhar na área social da empresa,
212 mas quando chega no chefe da sessão esbarra com um pouco da má-vontade, com a inexperiência,
213 com o despreparo de quem vai estar no cotidiano com aquele jovem. Querendo ou não os nossos
214 jovens trazem consigo um rótulo, que se tu chegares com a camisa remangada está com calor, mas
215 se chegar um piá nosso com a camisa remangada é porque ele não sabe se vestir. **Sra. Haide**
216 **Venzon:** Por isso a gente tem que fazer o acompanhamento. **Sra. Maria Leonice:** Essa questão que
217 a Haide está colocando é o que o COPA está fazendo, as visitas, porque hoje tem que incluir a
218 questão da pessoa com necessidades especiais. Aí eles querem um deficiente que conheça a
219 informática, que atenda o telefone minimamente, que seja alfabetizado e que tenha autonomia.
220 Então, são questões assim. **Sra. Haide Venzon:** E a questão da ausência na escola a gente conversa
221 muito com eles, eles podem até ir mal, mas não podem faltar. A gente tem dado o que antigamente a
222 gente chamava de “reforço escolar”, se vocês olharem o nosso programa tem química, física,
223 matemática. Tem uns que vão para os arquivos e não sabem a ordem alfabética. Então, te dar um
224 reforço, porque eles não têm leitura, não têm compreensão, aí vão ficar reprovados nessas
225 disciplinas mais difíceis, aí tu reúnes por grupo, por dificuldade, e vai trabalhando. Aqui vem o que
226 está só no decreto, aqui vem um ponto polemico que nós vamos ter que conversar depois sobre isso.
227 O que são atividades teóricas e práticas, e ambiente físico adequado, as aulas teóricas podem ser
228 demonstrativas no ambiente de trabalho. Esse ambiente de trabalho é na instituição ou na empresa,
229 sendo vedada qualquer atividade laboral do aprendiz. Nunca aparece ali que ele pode manusear
230 ferramenta, qualquer coisa; mas atividade que caracterize como laboral seria a repetitividade, que
231 caracteriza trabalho, não pode, porque ele está para fazer a aprendizagem, não para trabalhar. As
232 aulas práticas podem ocorrer na própria Entidade qualificada, ou no estabelecimento contratante, ou
233 em outro estabelecimento concedente da experiência prática. Por exemplo, a CORSAN não quer os
234 adolescentes lá, muito menos a Carris, eles estão no Pão dos Pobres. Para eles trem uma vivência
235 que não seja da instituição poderá surgir essa instituição chamada de concedente que poderá
236 oportunizar uma experiência prática, que não é nem a contratante e nem a que está dando o curso.
237 No caso do adolescente estar na empresa o decreto coloca que poderá ser um monitor da instituição
238 ou da empresa para acompanhar. Aqui é que estão residindo os nossos principais problemas, nós
239 temos uma modalidade que o aprendiz não sai da empresa, fica só na instituição. Nós temos as
240 outras modalidades que ele tem o curso na instituição com aulas teóricas e as atividades teóricas e
241 práticas dentro do estabelecimento. Quando nós começamos, em 2002, essas instituições, os
242 adolescentes iam cinco vezes no banco e sábado na instituição. Aí houve todo um empenho da
243 DRT, que na época era o Cláudio, impressionou com o Banco do Brasil, os outros também, para que
244 eles fossem dois dias na instituição, um dia na semana e o sábado. Assim vem sendo até agora. Qual

245 o posicionamento da DRT, principalmente da Denise, que é auditora fiscal? Ela não concorda, ela
246 acha que não está certo o adolescente ir na empresa, mesmo acompanhado. Para ela a empresa é a
247 exploração do trabalho direto, não faz nenhuma concessão. Fala mal do CMDCA que aprovou esses
248 programas, e pediu, até dois meses atrás, onde ela falou de Entidades que não estão desenvolvendo
249 como deveria ser. Nós agora fizemos um grupo de trabalho das instituições. Porque surgiu um edital
250 do UNIBANCO em que eles querem fazer um edital nacional para Entidades formadoras. O edital
251 está no site do UNIBANCO, a instituição tem que conseguir as empresas, no mínimo uma empresa
252 que tenha, que aceite pagar a cota para 50 adolescente, o que já é um grande obstáculo. E eles
253 fizeram em um formato, o pessoal do Conselho esteve nesse seminário, o que veio no edital é nos
254 termos do que estão desenvolvendo nacionalmente, com uma assessoria, com uma ONG da Bahia, a
255 Cipó. É o seguinte: quatro meses na instituição direto, é um curso de quatro meses. Depois o
256 adolescente fica direto na empresa, com o tal de acompanhante e vem uma vez por mês na
257 instituição. Eu não acho que o melhor modelo, mas é o que eles criaram. Dizem que esse modelo foi
258 apoiado pelo Ministério do Trabalho e todas as DRTs do Brasil, com exceção da nossa. O que nós
259 estamos defendendo, estamos fazendo um documento sobre isso para trazer para o Conselho, qual a
260 diferença de trabalhar só na instituição ou só na empresa, não tem mais empresa e instituição. E o
261 que nós estamos defendendo, até queria que vocês vissem isso, a importância que tem a ida do
262 adolescente até a empresa, porque na instituição ele vai vestido do jeito que quiser, se chegar 10
263 minutos atrasado ninguém vai barrar. Na empresa ele conhece outro mundo, que não é o mundo do
264 fundo da vila. Lógico, nós não queremos adolescente explorado, nada disso, mas pensando na
265 empresa nas melhores condições, com acompanhamento, a empresa sabendo que nós estamos de
266 olho neles, precisa sim, senão não faz diferença nenhuma ficar na instituição a vida toda. **Sr.**
267 **Gilberto V. Hügel Lisboa:** A mudança na vida dele vai começar na empresa, o convívio dele com
268 outras pessoas. A responsabilidade com o horário. **Sra. Haide Venzon:** Agora, passando rápido,
269 porque o meu tempo já esgotou, a resolução do CONANDA 74 dá as competências, do Conselho de
270 Direitos e as competências do Conselho Tutelar, que, na verdade, eles nunca conseguiram. O
271 Giovane que andou atrás disso. Aí vem a Resolução nº 06, do CMDCA, que é uma excelente
272 resolução. Toda a proposta está em cima dos quatro pilares da educação. Então, os programas que
273 nós fizemos é em cima dos quatro pilares; Aprender a Ser, a Conhecer, Fazer. **Sra. Maria Leonice:**
274 A única resolução que existe no País que obedece esse formato dos pilares da educação, do
275 Aprender a Ser, Aprender a Conviver, Aprender a Conhecer e Aprender a Fazer, é só em Porto
276 Alegre, que foi o que chamou atenção. **Sra. Haide Venzon:** Agora saiu um material da Fundação
277 Roberto Marinho de elite, de luxo, todo em cima das competências, um material para educar, para
278 tudo. Então, a Resolução nº 06 coloca a CLT e tal, coloca LOAS, todos os considerandos, a
279 resolução do CONANDA ela considera. O roteiro que se seguiu foi da Portaria 702. Lino, essa parte
280 era tua. **Sr. Lino Morsh:** Mas vai, porque não tem mais tempo. **Sra. Haide Venzon:** Então, está
281 aqui a procura da comunidade os encaminhamentos, dentro da linha que a gente trabalha. Aqui vem
282 o diferencial da resolução, os eixos, e de 2004 a resolução. Depois nós colocamos o papel das
283 empresas, o papel dos S, para papel das DRTs e o papel do CMDCA, também o papel das ONGs, o
284 papel dos Conselhos Tutelares. Está muito correta essa resolução; o que ela precisa? Ser
285 aperfeiçoada na realização, face o decreto e a gente gostaria de discutir com vocês essa questão para
286 depois enfrentar a DRT, o horário na empresa, na instituição. Nós estamos fazendo um documento
287 sobre isso, mostrando que a aprendizagem não pode ser só na instituição. Então, era isso. **Sra.**
288 **Dalva Franco:** Amanhã eu vou passar para todos e vou escanear o outro material que foi entregue,
289 aí mando junto. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Ali a própria empresa vai conhecer o trabalho, o
290 engajamento do aprendiz, e se ele for bom vai querer contratar. **Sra. Haide Venzon:** E se a gente
291 for comparar com os convênios da vida e com o Pró-Jovem, que é de 6 meses, pode ser o melhor,
292 mas são 6 meses. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Outra coisa que eu vi aqui, as prefeituras não
293 poderiam? **Sra. Haide Venzon:** A PROCempa tem. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Mas é de

294 economia mista. **Sra. Haide Venzon:** No decreto tem sobre os tipos de empresas. A gente queria
295 trazer essa questão do operacional, mas pelo o que eu vi a gente tem um consenso aqui de que ir à
296 empresa é importante. Então, vocês se preparem, porque a DRT até já pediu para vir aqui no
297 Conselho. **Sra. Luciane Escouto:** Haide, o objetivo era conhecimento mesmo para a gente poder
298 ter um olhar e estar refletindo. Então, a gente agradece. **Sra. Haide Venzon:** A gente também
299 queria convidar vocês para conhecer as instituições. Na Feira do Livro vai ter um lançamento da
300 ACOMPAR, os adolescente fizeram um livro sobre as suas experiências. **Sr. Gilberto V. Hügel**
301 **Lisboa:** A seleção dos adolescentes é voluntária? **Sra. Haide Venzon:** É feito na instituição, tem
302 um lista de espera. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Já elimina a questão do ser obrigado, quem não
303 quer fazer, porque tem adolescente que não quer nada com nada. não adianta colocar obrigado ali.
304 **Sra. Luciane Escouto:** Então, a gente te agradece, Haide. Assim que tu tiveres mais alguma coisa
305 nós podemos estar fazendo uma reunião, até essa da DRT. Então, vamos continuar, nós estamos
306 com o nosso *quorum* mínimo de onze. Vamos fazer a leitura da planilha. **2 – Leitura da Planilha**
307 **da Plenária anterior. Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa: (Leitura). Sra. Luciane Escouto:** Tem uma
308 correção, quando fala que a Comissão não apresentou nada, no caso, o representante do Governo, o
309 Carlos Fernando apresentou a proposta de prorrogação de mandato feita pelo Prefeito Municipal.
310 **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** O seminário aquele é em 07-11 e não 07-10. **Sra. Luciane**
311 **Escouto:** Em votação a Planilha com as alterações, por favor, quem é favorável? Quem é contrário?
312 Quem se abstém? Aprovada com duas abstenções. **3 – Debates e deliberações: Comissões,**
313 **Finanças, Políticas e Reordenamento.** Vamos para o trabalho das comissões. Quem começa?
314 Políticas. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Nós avaliamos todos os projetos que estavam pendentes
315 conosco, se eu não me engano eram nove projetos, também atendemos três Entidades hoje de
316 manhã, que nós tínhamos nos proposto a atender. Algumas entregaram a documentação que estava
317 faltando, algumas ainda ficaram pendentes, mas mesmo assim a gente colocou a ressalva do que
318 estava faltando e passamos para a outra comissão, de Finanças ou Reordenamento. E elas têm o
319 prazo de até segunda-feira entregar os documentos que estão faltando, ou as alterações necessárias.
320 Então, conosco não há mais nada parado. Só tem um até à Entidade marcada para a semana que
321 vem. **Sra. Luciane Escouto:** Comissão de Finanças. **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** Nós estivemos
322 avaliando projeto de SASE. Vou começar pela Fundação Tênis, que é para manutenção, R\$
323 914.540,00, retenção isenta, é SASE e a comissão é favorável. **Sra. Luciane Escouto:** Como é o
324 nome do projeto? **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** Tênis no Loteamento Vila Chapéu do Sol. **Sra.**
325 **Luciane Escouto:** Mas a captação é em nome da Fundação Tênis? **Sra. Maria Eva G. Carvalho:**
326 **É. Sra. Luciane Escouto:** Os outros são as parcerias que eles têm, mas a captação é através da
327 Fundação Tênis. Então, em processo de votação, quem é favorável à aprovação do projeto? Quem é
328 contrário? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade. **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** A
329 próxima é a Associação Beneficente Senhora São Francisco de Assis, é uma creche, é manutenção,
330 R\$ 38.800,00, isenta. Projeto Brincando, Aprendendo e Crescendo. O parecer da comissão é
331 favorável. **Sr. Lino Morsh:** É creche sem convênio com a SMED. **Sra. Luciane Escouto:** Em
332 processo de votação, quem é favorável? Quem é contrário? Abstenções? Aprovado. **Sra. Maria**
333 **Eva G. Carvalho:** Agora é o Instituição de Educação Infantil Maria de Nazaré. É manutenção, R\$
334 262.956,00, Projeto Geração Auto-Estima. É com isenção, é creche e o parecer é favorável. **Sra.**
335 **Eulina Antunes:** Antes da votação gostaria de um esclarecimento. Se há algum Conselheiro que
336 gostaria de fazer alguma pergunta para esclarecer este projeto, para que não aconteçam conversas
337 nos bastidores dos corredores, então, que faça agora. A instituição atende quatro programas, 160
338 crianças e adolescentes e os nossos funcionários são pagos acima do piso salarial. A nossa assistente
339 social ganha R\$ 2.500,00, pagos pela FASC, que é o que nós temos para oferecer. Nós acreditamos
340 que pagando mais o que se tem a gente consegue mais. Nós nunca tivemos problema em nenhuma
341 prestação de contas, nem com a FASC e nem com a SMED. **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** Hoje eu
342 até levantei essa questão sim, não sei se é a tua, mas é uma que paga 48 horas/mês R\$ 780,00 para

343 assistente social, a pedagoga R\$ 720,00. Eu comentei sim do auto salário, porque eu sei que o
344 SENALBA, esses técnicos aqui, a gente tem que pagar R\$ 9,00 a hora. Agora, cada instituição paga
345 o que quiser. **Sra. Eulina Antunes:** No Sindicato é de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.500,00. **Sra. Maria Eva**
346 **G. Carvalho:** Cada um paga o que quer. **Sra. Luciane Escouto:** Então, em processo de votação a
347 Instituição Maria de Nazaré, Projeto Geração Auto-Estima, no valor de R\$ 262.956,00, com
348 isenção. Quem é favorável? Quem é contrário? Alguém se abstém? Aprovado com uma abstenção
349 da Eulina. **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** ACM, manutenção, Esporte Clube Cidadão, é a Entidade
350 da Restinga, R\$ 756.477,96, projeto novo porque mudou o valor, aumentou R\$ 10.000,00 é novo. A
351 minha dúvida é que ele não é Programa SASE, é Programa SARA, é um programa bem diferente, é
352 um programa que eventualmente atende as crianças, não é diariamente, é só final de semana. E o
353 que a gente sabe de bastidores, por trás, é que não está sendo um programa bem feitinho e
354 alimentação as crianças nem ganham. E quando elas vão lá é só para brincar. Isso me chamou a
355 atenção, mas isso não somos nós quem decidimos. Também acho muito alto esse valor. **Sra.**
356 **Elisabete Bortoluzzi:** Eu acho importante assim, na tua fala tu colocaste que é por trás dos
357 bastidores. Eu acho que nós temos que considerar questões assim: veio uma comunicação oficial
358 que não está sendo bem organizado? **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** Não. **Sra. Elisabete**
359 **Bortoluzzi:** Então, a gente não tem que considerar e não deve se trazer a análise se um projeto.
360 Essas conversinhas de corredor atrapalham muito. Então, pode ser um projeto bom, não é porque é
361 ACM, porque é a CEPA, porque essas conversinhas surgem para minar um trabalho que é de
362 qualidade sim. Às vezes a gente se prende a esses detalhes mínimos e mesquinhos e não aprova um
363 projeto. Se uma instituição dessas não atender onde essas crianças vão estar? Na rua. **Sra. Maria**
364 **Eva G. Carvalho:** E os valores? **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** Os valores a instituição tem o
365 direito de colocar um valor x para captar. Se ela vai captar ou não, se ela vai vender o programa
366 dela, o trabalho dele, é problema da instituição. Assim como eu posso fazer um de R\$ 500.000,00,
367 ela pode fazer de R\$ 2.000,00, mas isso vai depender do trabalho da instituição e quem somos nós
368 para dizer quanto o fulano merece, se está fazendo um trabalho bom ou não? O trabalho existe, as
369 crianças estão sendo atendidas. Existe uma Comissão de Reordenamento, vamos encaminhar, ela
370 vai ser visitada. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Uma sugestão, que a gente encaminhe para votação
371 e na aprovação, ou não, uma visita da Comissão de Reordenamento e uma nova análise da
372 Comissão de Políticas, em cima da metodologia de trabalho. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Já foi
373 avaliado. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Tudo bem, mas em cima do que apareceu na Plenária,
374 porque se tem registro conosco e vai captar é recurso do poder público. Nós temos que exercer a
375 qualidade do serviço prestado enquanto Conselho de Direitos. **Sra. Luciane Escouto:** A gente
376 também pode pedir um parece do Conselho Tutelar, que é quem faz a fiscalização das entidades. **Sr.**
377 **Lino Morsh:** A pergunta que eu faria sobre esse projeto é o seguinte: nós concordamos com esse
378 SARA? Se concordamos ok. É legal, nós aceitamos o Programa SARA? **Sra. Liane Scalabrini:** Eu
379 acho que senão há nada contra, eu acredito que deva ser posto em votação, porque ruídos de
380 corredor não têm que ser levados em consideração. **Sra. Luciane Escouto:** Eu acho que são dois
381 encaminhamentos, quanto á visita sim. Eu acho que a pergunta do Lino é pertinente e a gente teria
382 que estar reavaliando, porque nós instituímos o SARA por entender que tinha Entidades que faziam
383 esse atendimento diferenciado do SASE. Então, nós aprovamos a modalidade SARA e agora como
384 está se dando isso em termos de avaliação, esse projeto foi uma coisa que eu me lembro, eu que
385 trouxe essa questão, como faríamos, se é atendimento direto ou indireto, lembro que foz essa
386 reflexão. Então, nós temos que contemplar essas questões e nada impede que essas questões de
387 bastidores trazidas, que a gente peça para a Comissão de Reordenamento ir lá sim, peça um parecer
388 do Conselho Tutelar, porque lá na ponta em algumas atribuições deles. Então, vamos colocar em
389 votação e dar esses encaminhamentos, que, na verdade, não é ir lá para averiguar e sim ver como é
390 esse atendimento e também um parecer do Conselho Tutelar. **Sra. Ana Cristina L. de Algorta:** Eu
391 acho que nós deveríamos usar mais o Conselho Tutelar, que é o que está *in loco*, do que o

392 deslocamento da comissão, que é complicado, caro e nem sempre está operante. **Sra. Luciane**
393 **Escouto:** Então, vamos pedir informações para o Conselho Tutelar, que é o responsável pela
394 fiscalização. **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** Mesmo assim, eu chamo a atenção para as pequenas
395 reformas, R\$ 6.000,00 mensais; olha o valor. O telefone, água e luz, R\$ 7.000,00. **Sra. Luciane**
396 **Escouto:** Na verdade, para ti não está claro. **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** Mas eu sou a minoria.
397 **Sra. Luciane Escouto:** Mas pede vista. **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** Não adianta eu pedir vista e
398 vir aqui dizer a mesma coisa, bater na mesma tecla. O que nos falta também são critérios. Eu não
399 consigo entender, esses dias a Leci falou aqui que o Ministério Público estava dando em cima, que
400 não sabe onde vão as verbas, eu não consegui saber o que era direito, mas sei que era sobre alguma
401 Entidade. Eu entendi por cima que tem alguma coisa bem grande. Agora, corredores aqui de dentro,
402 eu ouvi: “Pô, a ACM tira um dinheirão, onde bota esse dinheiro”. Então, vamos esclarecer onde ela
403 bota esse dinheiro. Eu não sei se cabe a nós isso, mas é responsabilidade é nossa, porque se nós
404 aprovamos temos responsabilidade. Eu não poço pedir vista, vou fazer o quê, pegar o meu carro e ir
405 olhar? **Sra. Luciane Escouto:** Pode pegar a pasta da prestação de contas e avaliar. **Sra. Maria Eva**
406 **G. Carvalho:** Mas deve estar certo, a Sandra é uma pessoa capaz, não ia fazer nada errado. **Sra.**
407 **Elisabete Bortoluzzi:** Pode pegar a cópia das notas e comparar, olha nota por nota. **Sr. Lino**
408 **Morsh:** O que nós temos que analisar é o projeto, se é um projeto bom ou não, se está dentro das
409 nossas normas. Agora, essa questão de quem está pagando muito para funcionário, eu acho que
410 quem tem que ver isso é o Fundo na hora da prestação de contas, não somos nós. Às vezes a gente
411 até nem é capacitado para isso. Eu não sei se a gente tem que ser apegar a essas coisas. Não tem que
412 ficar agora esmiuçando isso. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** O Fundo faz essas análises, mas todos
413 os funcionários que estão no Fundo, nenhum têm experiência de constas, nenhum dele conhecem os
414 prédios da ONGs, a realidade do atendimento real, eles conhecem por papéis, por projetos, por
415 frases e o papel aceita tudo. Então, vamos abrir a votação, encaminha, mantém esse indicativo na
416 Comissão analisar e tem que ficar claro para nós aqui. o que as comissões deliberam com
417 conhecimento de causa sim, porque vocês trabalham nós rede, realizam ações, o que vocês
418 indicarem ao Fundo vai ser efetuado. Então, esta instituição vai ser visitada sim por funcionários do
419 Fundo para constatar na prática, no local, essa solicitação de recursos. Nós já fizemos isso semana
420 passada com o Lar Dom Bosco, vamos estar fazendo isso sistematicamente desde que a Plenária
421 indique. **Sra. Luciane Escouto:** Agora nós temos a Junta Administrativa que pode estar avaliando o
422 processo e nos dando um parecer. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** SE fosse material esportivo da
423 ACM, eles não compram bola de basquete do BIG que custa R\$ 15,00, eles compram bola da
424 Respalm, que custa R 289,00, é tudo dez vezes o valor, material de primeira classe. A gente tem que
425 ir lá ver. **Sra. Luciane Escouto:** Está satisfeita? **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** Fico sim, só tinha
426 que falar para poder dormir sossegada. Então, os valores são R\$ 756.477,96, SARA, Esporte Clube
427 Cidadão, na Restinga. **Sra. Luciane Escouto:** Em processo de votação, quem é a favor? Quem é
428 contrário? Quem se abstém? Aprovado com uma abstenção. **Sra. Maria Eva G. Carvalho:**
429 Associação Beneficente Senhora São Francisco de Assis, Construindo o Espaço e Crescendo na
430 Cidade, R\$ 130.000,00, 5% de retenção, para uma instrução, creche e a comissão é favorável. **Sr.**
431 **Lino Morsh:** O outro projeto gera 5% porque tem previsto a ampliação do atendimento. **Sra.**
432 **Luciane Escouto:** Então, é a Associação Beneficente Senhora São Francisco de Assis, Projeto
433 Construindo Espaço e Crescendo na Cidade, no valor de R\$ 130.000,00 com 5% de retenção porque
434 é construção. Quem é favorável? Quem é contrário? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.
435 **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** Pequena Casa da Criança, Resolução nº 100, reforma e construção.
436 **Sr. Lino Morsh:** Renovação do certificado. Reestruturação na Pequena Casa da Criança. **Sra.**
437 **Maria Eva G. Carvalho:** Vamos de R\$ 25.000,00, retenção de 20%, ela tem creche, educação
438 infantil, SASE e trabalho educativo. A comissão é favorável. **Sr. Lino Morsh:** São R\$ 650.00,00,
439 R\$ 25.000,00 é o que eles receberam. **Sra. Luciane Escouto:** Então, em processo de votação,
440 quem é a favor do projeto? Quem é contra? Quem se abstém? Aprovado. **Sra. Maria Eva G.**

441 **Carvalho:** O próximo é o banco de Alimentos. Eles estão pedindo certificado, Promoção e
442 Manutenção da Saúde de Crianças e Adolescentes, são R\$ 61.895,30. Ela faz atendimento indireto e
443 a comissão é favorável. É projeto novo, passou por todas as comissões, todas de acordo. **Sr. Lino**
444 **Morsh:** Teve uma pequena dificuldade, que era onde encaixar, direto, indireto, porque se fosse o
445 projeto de uma instituição seria manutenção, isento, porque é pagamento de nutricionista e tal. **Sra.**
446 **Luciane Escouto:** Vocês concordam que seja isento? O nosso *quorum* está indo, para Finanças nós
447 precisamos de 11 pessoas. Vamos chamar o pessoal, senão não vamos terminar. Então, vamos de
448 novo, Banco de Alimentos, Promoção e Manutenção da Criança e Adolescente, R\$ 61.895,30, é
449 atendimento indireto e a proposta da plenária foi como é com direito à alimentação, é um projeto de
450 manutenção, que seja isenta. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Eu estou chegando agora preciso me
451 inteirar. É aquele que tinha passado? Qual foi o parecer? **Sr. Lino Morsh:** Favorável. Só não tinha
452 como encaixar, se era direto ou indireto, aí a gente procurou e está cadastrado como indireto. **Sra.**
453 **Luciane Escouto:** Todos esclarecidos? Em processo de votação. Quem é a favor? Quem é
454 contrário? Quem se abstém? Aprovado. Próximo. **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** USBEE.
455 Resolução nº 100, Construindo uma Nova Realidade, R\$ 60.075,85, com retenção de 5%, é SASE.
456 A comissão foi favorável. **Sra. Luciane Escouto:** Em processo de votação, já registrando a minha
457 abstenção, porque se trata da Entidade que eu represento, é a USBEE, Artesanato Marista Santa
458 Isabel, no valor de R\$ 60.075,85, retenção de 5%. Quem é favorável? Quem é contrário? Quem se
459 abstém? Aprovado com uma abstenção. **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** Agora é outro da ACM,
460 também é Resolução nº 100, renovação, deve ser igual ao outro. **Sr. Lino Morsh:** Esse é o Projeto
461 Esporte em Ação, no Morro Santana. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Se tem dois CNPJ pode ter dois
462 projetos? **Sr. Lino Morsh:** Isso. **Sra. Maria Eva G. Carvalho:** São R\$ 586.100,28, isenção, aquele
463 mesmo caso, o SARA, uma ou duas vezes por semana. **Sr. Lino Morsh:** Sempre vinha tão bem
464 escrito o projeto, este aqui está riscado, confuso. **Sra. Joice S. Gonçalves:** Eu quero fazer uma
465 observação. Até pouco tempo atrás ela não tinha atendimento pontual com crianças e adolescentes.
466 Então, o Reordenamento não tem conhecimento desse atendimento, alteração na modalidade. Até
467 pouco tempo eles tinham grupos de idosos. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Eu li esse projeto e para
468 mim não ficou claro, até questionem, porque ele fala em um número de 150 atendimentos, porém
469 apresenta uma listagem de 50 crianças. Eu não entendi se ele queria ampliar esse atendimento para
470 150, ou se tem 150 vagas e não conseguiu cadastrar crianças suficientes. **Sr. Lino Morsh:** A análise
471 que eu fiz é que eles têm esse atendimento, até não diz quantas vezes por semana aqui, mas que com
472 a captação, com o projeto teria 150 vagas para atendimento em cinco encontros semanais no turno
473 inverso à escola. Isso se captar recurso para o projeto. Eles querem captar dinheiro para fazer
474 acontecer dessa forma, foi a minha análise. **Sra. Luciane Escouto:** A Comissão de Reordenamento
475 e de Políticas está pedindo vista para averiguar o tipo de atendimento? **Sra. Elisabete Bortoluzzi:**
476 Eu me coloco à disposição para fazer a visita com a Joice. **Sra. Luciane Escouto:** Então, assim que
477 vocês tiverem um retorno volta para a Plenária. Mais alguma coisa Comissão de Finanças? Não?
478 Então, Comissão de Reordenamento. **Sra. Joice S. Gonçalves:** ONG Reciclando a Cidadania em
479 Rede Interdisciplinar. É uma ONG de atendimento direto, eles não se incluem nos programas que
480 nós temos aqui neste Conselho, mas fazem um trabalho nas escolas estaduais, desenvolvendo
481 oficinas, palestras, principalmente enfocando o meio ambiente. Eles trabalham com reciclagem,
482 desenvolvimento sustentável e trabalham em cima daqueles três “R”: Reduzir, Reaproveitar e
483 Reciclar. O trabalho é feito através de cinco profissionais, três assistentes Sociais, uma bióloga e
484 uma nutricionista. Então, eles fazem educação alimentar, que são as palestras, a questão do meio
485 ambiente é com a bióloga e as assistentes sociais fazem todo um trabalho de acompanhamento das
486 famílias, a inserção dessas crianças na rede de proteção. Eles buscam a escola estadual ou
487 municipal, desenvolvem um projeto a partir da realidade da escola, ou seja, não é o mesmo projeto
488 para todas, toda escola vai ter uma organização diferente. Esse projeto se inicia com a participação e
489 discussão dos professores, o que eles entendem sobre os temas. Então, fazem um planejamento e

490 ficam um semestre na escola. Já trabalharam no Moreira, fica na Cefer I, já trabalharam no Gema,
491 que fica no Ipê e no Olegário Mariano. Trabalham em média em quatro turmas, tudo ajustado com a
492 escola. A comissão achou um trabalho bem legal, eles nos deram uma bolsa com o material de
493 divulgação, esqueci de trazer. Eles têm um *site* que a gente pode acessar os projetos, eles têm este
494 *folder* aqui, que tem a base filosófica do projeto. **Sra. Ana Cristina L. de Algorta:** Não é
495 considerado indireto? **Sra. Joice S. Gonçalves:** Eles vão lá desenvolver o projeto. A Diretoria que
496 executa a ação na escola. Eles trabalham uma vez por semana naquela escola durante quatro meses e
497 vão embora. **Sra. Luciane Escouto:** É indireto, então. **Sra. Joice S. Gonçalves:** Eles começam a
498 trabalhar com o professores, ajustam os horários e depois ficam quatro meses trabalhando com a
499 mesma turma. Então, a escola vai indicar qual é a turma, a série, eles definem. A escola pega aquela
500 turma que é um pouco diferenciada das demais para fazer o trabalho. Na experiência que eles
501 tiveram no Gema acabaram trazendo as famílias para dentro da escola, pagaram formação no SESC,
502 através do Projeto Envolve-se, eram quatro mês, que ficaram fazendo um trabalho de divulgação.
503 **Sra. Luciane Escouto:** É indireto. **Sra. Joice S. Gonçalves:** A comissão é favorável ao processo da
504 Entidade. **Sra. Luciane Escouto:** Então, a Plenária está encaminhando para que seja atendimento
505 indireto. Em processo de votação a Rede Criar. Qual o endereço? **Sra. Joice S. Gonçalves:** Rua
506 Luiz Manoel Gonzaga, 351. **Sra. Luciane Escouto:** Quem aprova? Quem é contrário? Quem se
507 abstém? Aprovado. **Sra. Joice S. Gonçalves:** Aqui é o motivo de tanta discussão, a Guayí,
508 Democracia, Participação e Solidariedade. É uma ONG que tem atuação em todo o Estado e que
509 tem assento no Conselho Municipal de direitos Humanos, já teve assento no Conselho Municipal de
510 Acesso a Terra e Habitação. Eles desenvolvem vários projetos dentro da ONG, eles têm um núcleo
511 de políticas urbanas, eles têm um projeto ligado à PETROBRÁS, que é o Agenda 21, Ecossol. Eu
512 posso morrer falando aqui porque eu nunca vi tanto projeto em um lugar só. Esta ONG foi fundada
513 em 2002, eles vêm buscar junto a este Conselho registro de Entidade, porque fizeram um projeto
514 junto ao Ministério da Cultura e foram agraciado que é com relação ao ponto de cultura. Então, para
515 isso eles precisam de registro neste Conselho, até porque o foco das oficinas que eles pretendem
516 desenvolver é para adolescentes e jovens. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** O dinheiro vai passar por
517 aqui? **Sra. Joice S. Gonçalves:** Não, é direto. Então, eles têm uma parceria com o SINTRAJUST,
518 que cedeu uma casa lá na Capivari e eles vão adequar a casa para comprar o equipamento, sala de
519 gravação, equipamento de multimídia. A comunidade que eles vão atender é a comunidade que
520 ajudou a escrever esse projeto em 2005, o edital foi em 2005 e o recurso só saiu agora. Então, lá em
521 2005 eles discutiram com a comunidade da Cruzeiro/Cristal, com a intermediação da associação de
522 moradores de lá. Então, agora que foi liberado o recurso pretendem desenvolver fazendo essa
523 parceria com o SINTRAJUST. O endereço dela é na José do Patrocínio, 611. Nós fomos recebidas
524 pela Helena Bonumá, que é a Presidente da ONG, é uma OSCIP, por isso o motivo de tanta
525 discussão. Esses não têm a menor intenção, pelo menos agora, de entrar com projeto de resolução, o
526 que eles precisa é para tocar o projeto, que já foram contemplados com o edital, o registro no
527 Conselho é uma exigência. O Ponto de Cultura é a partir dos 16 anos, mas como eles vão montar
528 toda uma infra-estrutura eles vão fazer as oficinas para adolescentes de 14 a 16 anos. **Sra. Luciane**
529 **Escouto:** Em regime de votação, quem aprova? Quem é contrário? Quem se abstém? Aprovado.
530 **Sra. Joice S. Gonçalves:** A MAVITRON encaminhou três projetos para a Comissão de Finanças,
531 foi o encaminhamento para se fazer uma visita. E eu queria fazer uma sugestão, para que essa visita
532 fosse feita em conjunto, se já pudesse ficar deliberado quem seriam as pessoas e a sugestão é terça
533 antes da Executiva, porque é aqui pertinente. Então, que elementos das três comissões pudessem estar
534 indo. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Eu vou. **Sra. Joice S. Gonçalves:** A Eulina também. **Sr. Lino**
535 **Morsh:** Qual é o motivo da visita? **Sra. Joice S. Gonçalves:** A MAVITRON está com três projetos
536 envolvendo reforma, compra de equipamentos e existe um entendimento que o espaço não
537 possibilita essa implantação. Então, a gente estaria lá para esclarecer. **Sr. Lino Morsh:** É bom,
538 porque eu até estava comentando isso na comissão, porque eles estão pedindo a ocupação de um

539 projeto de R\$ 130.000,00 para pagar três engenheiros e dois arquitetos para elaborar um projeto.
540 Será que essa é a alternativa, sedo que nas ONGs a gente não paga, a gente vai atrás da Parceiros
541 Voluntário, SMED. Agora, autorizar recurso público para pagar um profissional para fazer um
542 projeto que pod ficar só no papel. É só fazer o projeto, o projeto é fazer o projeto, mas pode ficar só
543 no projeto. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** A gente vai visitar para ver tudo. **Sr. Lino Morsh:** É muito
544 equipamento, onde eles vão guardar tudo? **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Se toda Entidade que
545 tem registro no CMDCA, tem que ter participação no Fórum de x meses para poder ter captação e
546 nós sabemos que tem muitas ONGs que não tem registro aqui, que não passam projeto coisíssima
547 nenhuma por aqui. Como nós vamos exercer um controle enquanto Conselho de Direitos na Cidade
548 se o projeto não passa por aqui? Não tem como. Além do que nem todas as Entidades têm a
549 retenção avaliada nos seus projetos. Então, a maioria não tem retenção. Então, passar por aqui não
550 significa que vai perder dinheiro, mas vai ter uma proteção de representação da sociedade. Essa
551 Entidade foi buscar o dinheiro e agora vem buscar um registro para poder lançar direto na sua, como
552 aquela anterior. O mais importante é ter acesso, saber para que é, para onde é, quanto é, porque no
553 mais não tem o que a gente fazer. **Sra. Luciane Escouto:** A Comissão de Reordenamento fez visita
554 às Casas Lares, aquelas da Sempre Mulher. É importante que tragam relatório no Plenário. Foi
555 passado pela Iara e pela Rosane, elas visitaram uma das casas, porque as outras duas não
556 conseguiram. A outra Casa Lar da SOME vocês visitaram, porque é uma das Entidades que tomou.
557 Tem que passar programa de Abrigagem. Então, resolvam esse caso. As comissões acabaram. **1 –**
558 **Informes.** Vou ser rápida agora: Prêmio Prefeito Amigo da Criança da ABRINC, quem tem uma
559 informação bem concreta é o Carlos Fernando, dizendo que nós como Conselho Municipal fazemos
560 parte da Comissão de Acompanhamento e um dos atos que foi feito em relação a esse programa foi
561 o detalhamento das despesas do Projeto Criança e Adolescente, que tem todas as Secretarias de
562 Governo, todas as ações ligadas a criança e adolescente. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Esta foi a
563 primeira vez que foi feita. O CONANDA delibera que todos os municípios do País tenham o OCA.
564 Como a gente está participando pela quarta vez desse prêmio, nós já fizemos esse quadro e
565 continuamos participando para concorrer ao Prêmio Prefeito Amigo da Criança da Fundação
566 ABRINC de São Paulo. Significa que a gente tem uma repercussão nacional, internacional, portas
567 abertas, pró-captção, que a nossa cidade se preocupa com a criança e adolescente, que ela tem
568 investimento atual de 2005 a 2008 de R\$ 499.367.000,00 na gestão só para criança e adolescente.
569 Esse material está na Executiva. **Sra. Luciane Escouto:** Questionário do IPA a ser aplicado aos
570 Conselheiros. Então, fizeram um contato telefônico, o serviço social do IPA, pedindo para que a
571 gente responda um questionário. **Sra. Dalva Franco:** Isso já havia sido passado pela plenária, a
572 Governança havia solicitado que os Conselheiros respondessem esse questionário. A estudante
573 entrou em contato esta semana, mandou o questionário para a gente saber as perguntas. Então, os
574 Conselheiros que puderem participar, a Executiva achou importante, até para a gente ter uma
575 tabulação das questões que tem. Então, se puderem estar-se agendando para quarta-feira que vem
576 conversar com ela e responder o questionário. **Sra. Luciane Escouto:** Os que se sentirem à vontade.
577 Ela vai vir aqui aplicar. **Sra. Eulina Antunes:** Ela vai fazer o acompanhamento, vai estar aqui na
578 quarta-feira de manhã, é uma pesquisa. **Sra. Luciane Escouto:** Então, quarta-feira que vem a
579 Adeline se encontra aqui. Outra questão é a prorrogação de mandato, é ainda aquela questão da
580 terça-feira passada, que os Conselheiros fizeram uma reunião com o Prefeito e se pensou na
581 prorrogação de mandato. Como a eleição do Conselho Tutelar quem coordena é o CMDCA, depois
582 a Prefeitura, junto com a Câmara Municipal, o CMDCA já havia feito uma resolução dizendo que o
583 mandato seria a partir de 1º-11 e que as micros 9 e 10 seriam instaladas em 1º-01. Então, é só uma
584 questão de esclarecimento, pedido de informação. Na verdade, é a repercussão do caso da semana
585 passada. A Procuradora de Justiça encaminhou um dossiê, por ocasião da audiência pública,
586 manifestando-se, não pedindo parecer, mas nós oficiamos, mandamos o nosso ofício reiterando a
587 decisão, a Câmara Municipal foi parceira também nesse ato. Então, foi restabelecido o que foi desde

588 o início. Projetos enviados direto ao CEDICA, chegou o Projeto Atitude positiva, na Dona Paulina,
589 700 – Aldeia da Fraternidade, que, na verdade, mandaram depois do prazo, porque a apresentação
590 de projetos era até o dia 22. O outro é da Fundação Pão dos Pobres. A Leci vai estar fazendo um
591 ofício comunicado o dia que chegou. **Sra. Dalva Franco:** Eles ligaram para o CEDICA e receberam
592 a informação que postassem dentro do prazo de 22-10, até às 17 horas, eles postaram para o
593 CEDICA e vieram os trazer a cópia do projeto com a nota da postagem do Correio. Então, é só para
594 a gente assinar, referendar que eles estão inscritos no CMDCA, os dois casos. **Sra. Luciane**
595 **Escouto:** Então, não tem problema, a gente reitera que foi entregue primeiro no CEDICA e depois
596 aqui e que estão inscritas. Apresentação do GT Aprendizagem já houve. Agora convites e
597 representação. Este aqui eu não entendi. **Sra. Dalva Franco:** É com o Carlos. **Sra. Elisabete**
598 **Bortoluzzi:** É que nós recebemos uma cartinha que tem alguma questão pendente com relação a
599 prestação de contas, mas na carta vem o mínimo de informações, que eu não tenho a mínima idéia
600 de onde procurar qual a prestação de contas que está errada. **Sra. Eulina Antunes:** Eu posso
601 esclarecer, porque eu também fiquei surpresa, nunca tive problemas. Aí eu fui ver com o pastor, tem
602 uma data para 22-11. Eu quis agilizar, saber o que aconteceu, até porque no nosso veio um ISSQN,
603 uma nota, sendo que a instituição paga. Aí o pastor me disse que é referente ao edital de 2006. O
604 meu caso é assim: está faltando o ISSQN, laçaram o valor e não sabem nada, eu constatei que o
605 ISSQN está ali. Então, são esclarecimentos, e outro foi um extrato bancário. Então, são pequenos
606 esclarecimentos, não é que tenha problema na prestação de contas, porque tem uma equipe nova
607 aqui na sala do fundo, tem o Sinval, ele que está fazendo essa parte. Então, como ele está-se
608 apropriando todas as dúvidas eles vão chamar as instituições para esclarecimentos. **Sra. Luciane**
609 **Escouto:** Então, esta é a relação de correspondência que está sendo enviada para as Entidades, tem
610 um cronograma aqui. VII Promotoria de Justiça, reunião do NOICA, dia 07-11, às 14 horas. **Sra.**
611 **Dalva Franco:** A Fátima representa o CMDCA nessa temática. **Sra. Luciane Escouto:** Nós duas.
612 O outro é o Seminário da Região Sul do Centro de Referência às Vítimas de Violência – *Valores*
613 *Humanos e Prevenção à Violência*. É sobre educação e valores humanos, começou hoje de manhã.
614 Inclusive, o Júlio Fontoura está na organização da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, por
615 isso que ele não compareceu na plenária. Justiça Restaurativa, no dia 26, às 9 horas, Seminário
616 Temático da Justiça para o Século XXI. Os Conselheiros que quiserem ir. II Seminário do Ficai, dia
617 20-11, das 8h30min às 17h30min, no auditório da Procuradoria-Geral da Justiça Pública, com
618 professores, orientadores, Conselheiros Tutelares. É a questão dos retornos da Ficai, dando
619 continuidade ao que já foi feito lá. Via Vida Pró-Doações e Transplantes, foi encaminhado para a
620 Presidente e Conselheiros do CMDCA: “Prezados Conselheiros, venho comunicar-lhes a minha
621 renúncia na função de Conselheira Suplente do Educandário São João Batista. Esta minha atitude
622 baseia-se no fato de ter sido informada de estar em situação ilegal, visto que presido outra Entidade,
623 a Via Vida Pró-Doações e Transplantes. Informo que mas é impossível continuar a trabalhar,
624 mesmo que voluntariamente, em situação ilegal, devido a princípios e valores éticos pessoais, pelo
625 que senti mal-estar e constrangimento. Nesta oportunidade cumprimento os Conselheiros e
626 funcionários do CMDCA pelo trabalho relevante que prestam a diversas Entidades sociais, que tem
627 como público alvo crianças e adolescentes. Desejo cumprimentar de modo especial e carinhoso aos
628 que trabalham seriamente na Comissão de Finanças, da qual participei pelo tempo de um ano. a
629 esses Conselheiros deixo também o meu agradecimento pelo o que ali aprendi. Atenciosas
630 saudações, Maria Lúcia Elbani”. Maria Eva, algum comentário? **Sra. Maria Eva G. Carvalho:**
631 Nada. eu já falei com a Lúcia. **Sra. Ana Cristina L. de Algorta:** É um fato negativo correr com um
632 Conselheiro de uma Entidade, que voluntariamente estava colaborando com o Conselho. Eu acho
633 que nós temos que ter mais cuidado e respeito pelo trabalho das pessoas. eu acho que teve neste
634 Conselho Entidades que ficavam suplentes de outras e não sei porque deu nisso aí. **Sra. Luciane**
635 **Escouto:** Vou, então, aproveitar para informar que a Conselheira da OSICON, Elisa Mara de Souza,
636 ela faz parte da Diretoria da OSICON. Então, ela tem direito legal de estar ocupando a vaga da

637 OSICON, que também foi questionado isso algumas vezes de qual seria a representação dela. **Sra.**
638 **Maria Eva G. Carvalho:** Eu estranhei muito quando aconteceu isso, quando a Leci comentou que
639 estava achando ilegal a Lúcia ser minha suplente por fazer parte de outra Entidade. A Lúcia é
640 voluntária do Educandário, uma pessoa normal, mas é de outra Entidade, por isso não podia.
641 Quando me pediram um suplente não me disseram que não poderia ser de outra Entidade. Eu achei
642 que não teria problema, porque eu aprendi neste Conselho, quantas Entidades, como aquela
643 CADEN. **Sra. Luciane Escoto:** No caso, como tu citaste o nome da Presidente e ela não se
644 encontra hoje, acho que seria a retomar esse assunto na Executiva e a Leci trazer esse ponto. **Sra.**
645 **Maria Eva G. Carvalho:** Nem tem que retomar nada, porque a Lúcia entendeu, a gente conversou.
646 Não foi invenção minha convidar uma pessoa de outra Entidade. **Sra. Luciane Escoto:** A gente
647 conversa isso fora. Nós recebemos um convite para a posse dos Conselheiros, sexta-feira, às
648 19h30min. É a diplomação dos Conselheiros. É importante o CMDCA estar em peso, a Liane,
649 Dalva, FUNCRIANÇA. Então, acabamos, encerramos a Plenária. *(Encerra-se a presente reunião às*
650 *16h51min)*